

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 410.758 - SC (2013/0339510-9)

RELATOR : **MINISTRO SIDNEI BENETI**
AGRAVANTE : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : FLÁVIA PEREIRA DA FONSECA E OUTRO(S)
PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S)
THIAGO DA ROSA GABBARDO
AGRAVADO : IPEROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA
ADVOGADOS : ANA PAULA FONTES DE ANDRADE E OUTRO(S)
LARI ANTÔNIO HANAUER

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURADO CONTRA O SEGURADOR. PRESCRIÇÃO. SÚMULAS STJ/101 E 229. IMPROVIMENTO.

- 1.- A ação de indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano (Súmula 101/STJ).
- 2.- O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão (Súmula 229/STJ).
- 3.- Agravo Regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva (Presidente), Nancy Andrighi e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2013(Data do Julgamento)

Ministro SIDNEI BENETI
Relator

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 410.758 - SC (2013/0339510-9)

RELATOR : MINISTRO SIDNEI BENETI
AGRAVANTE : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : FLÁVIA PEREIRA DA FONSECA E OUTRO(S)
PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S)
THIAGO DA ROSA GABBARDO
AGRAVADO : IPEROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA
ADVOGADOS : ANA PAULA FONTES DE ANDRADE E OUTRO(S)
LARI ANTÔNIO HANAUER

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO SIDNEI BENETI (Relator):

1.- MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A interpõe agravo interno contra decisão que deu provimento ao Recurso Especial da ora Agravada, ao entendimento de incidência das Súmulas STJ/101 e 229 (e-STJ fls. 479/482).

2.- Pede a reforma da decisão agravada, sob a alegação de que deve ser afastada a incidência das Súmulas STJ/101 e 229.

É o breve relatório.

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 410.758 - SC (2013/0339510-9)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO SIDNEI BENETI (Relator):

3.- Não merece prosperar a irresignação.

4.- Embora evidente o esforço da agravante, não trouxe nenhum argumento capaz de alterar os fundamentos da decisão agravada, a qual, frise-se, está absolutamente de acordo com a jurisprudência consolidada desta Corte, devendo, portanto, a decisão agravada ser mantida por seus próprios fundamentos (e-STJ fls. 479/482):

(...)

4.- Quanto à prescrição ânua, o voto condutor foi lançado nestes termos (e-STJ fls. 304/307):

(...)

Com efeito, no que tange ao efetivo prazo prescricional aplicável à espécie, assevera o artigo 206, §1º, do Código Civil, in verbis:

Art. 206. Prescreve:

§ 1º Em um ano: [...]

II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuidade do segurador;

b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão [...].

Outrossim, nos termos da Súmula 229 do Superior Tribunal de Justiça, 'O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.'

Consequentemente, o termo inicial para início da contagem do prazo prescricional é a data da ocorrência do sinistro, sendo que tal prazo restará suspenso após a formulação do requerimento administrativo. Sobrevindo a resposta da seguradora, o prazo voltará a fluir.

(...) citação jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

Desta forma, passando-se à análise do caso concreto, vislumbra-se que a pretensão da apelada encontra-se prescrita.

Isso porque, entre a data da ocorrência do sinistro e a efetiva protocolização da presente actio, restou transcorrido mais de um ano. Explica-se.

O sinistro, conforme informações da própria apelada ocorrera em data de 6.6.2008, sendo que o requerimento administrativo restou formulado em 17.6.2008, ou seja, durante este interregno, fluiu o prazo de 10 dias.

Igualmente, conforme asseverado pela apelada em sua petição inicial - veja-se fls. 3, item 6 -, após transcorridos 73 dias da ocorrência do sinistro, sobreveio correspondência da seguradora informando a negativa ao pagamento. Assim, levando-se em consideração tal colocação, constata-se, extreme de dúvidas, que a consumidora teve ciência inequívoca da negativa da indenização em data de 19.8.2008.

Logo, o transcurso do lapso prescricional se deu em 9.8.2009, e a presente demanda restou intentada, tão somente, em 18.8.2009. Desta forma, ocorrera o transcurso do prazo previsto no artigo 206, §1º, II, do Código Civil, restando nítida a ocorrência de prescrição.

Assim, a sentença deverá ser reformada, julgando-se improcedente a demanda, com fulcro no artigo 269, IV, do Código de Processo Civil, ante a consumação da prescrição.

A jurisprudência desta Corte proclama que: "a ação do segurado contra a seguradora prescreve em um ano" (Súmula 101/STJ), contando-se o prazo da data em que ele tem conhecimento inequívoco da decisão da recusa do pagamento da indenização (Súmula STJ/229).

No caso, verifica-se que o acórdão confronta-se com a jurisprudência desta Corte, uma vez que o termo inicial a ser considerado é a data da negativa de pagamento do seguro. Assim, como o pedido para pagamento da indenização foi negado em 19/8/2008 e a ação foi proposta em 18/8/2009, afasta-se a ocorrência da prescrição anual.

5.- Pelo exposto, nega-se provimento ao agravo regimental.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro SIDNEI BENETI
Relator



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA**

Número Registro: 2013/0339510-9

**AgRg no
AREsp 410.758 / SC**

Números Origem: 00013364520138240000 068090011861 20120331902 20120331902000100
20120331902000200 20120331902000201 201303395109 68090011861
68090011861001 7105602201 710560220138240000

EM MESA

JULGADO: 21/11/2013

Relator

Exmo. Sr. Ministro **SIDNEI BENETI**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. MAURÍCIO DE PAULA CARDOSO

Secretária

Bela. MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : IPEROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA
ADVOGADO : LARI ANTÔNIO HANAUER
ADVOGADA : ANA PAULA FONTES DE ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S)
THIAGO DA ROSA GABBARDO
FLÁVIA PEREIRA DA FONSECA E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : PAULO ANTÔNIO MULLER E OUTRO(S)
THIAGO DA ROSA GABBARDO
FLÁVIA PEREIRA DA FONSECA E OUTRO(S)
AGRAVADO : IPEROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS LTDA
ADVOGADOS : LARI ANTÔNIO HANAUER
ANA PAULA FONTES DE ANDRADE E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a).

Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva (Presidente), Nancy Andrigli e João Otávio

Superior Tribunal de Justiça

de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

